



**PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO PARA CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DE  
CÉLULA DA CÉLULA OPERACIONAL DE GESTÃO DE OPERAÇÕES**

**ATA N.º 1**

Aos **quinze dias do mês de Junho** de dois mil e vinte e dois pelas **14h30**, reuniu o júri, designado para o procedimento concursal em epígrafe, na sede da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), com a participação dos seguintes elementos: Presidente do Júri, Senhor Engenheiro Miguel Lérias da Cruz, 2º Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil, Professor Doutor Ricardo Alexandre Cardoso Garcia, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e o Mestre Ricardo Deus, Chefe de Divisão da Divisão de Clima e Alterações Climáticas, como vogais.-----

A presente reunião visa dar cumprimento aos artigos 20.º e 21.º da Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado (EPD), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, em articulação com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, na sua redação atual, que aprovou a Orgânica da ANEPC.-----

Face ao exposto, deu-se de imediato início à seguinte ordem de trabalhos, proposta pelo presidente do júri e aprovada por unanimidade: -----

**Ordem de trabalhos:** -----

**Ponto Um** - Definição do perfil exigido; -----

**Ponto Dois** - Definição dos métodos e critérios de seleção; -----

**Ponto Três** - Elaboração da oferta na Bolsa de Emprego Público (BEP)-----

**Ponto Quatro** - Elaboração da ficha de avaliação curricular, do guião de entrevista pública e da correspondente ficha de avaliação; -----

**Ponto Cinco** - Definição de regras relativas ao acesso a documentos. -----

**Ponto Um – Definição do perfil exigido**

1. De acordo com o n.º 1 do artigo 21.º do EPD, deve ser descrito o perfil exigido e adequado para o cargo a prover. Assim, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, na sua redação atual, o candidato a prover deve, preferencialmente, preencher os seguintes requisitos: -----
  - a) Licenciatura com relevância para a função e experiência profissional na área de Proteção Civil; -----
  - b) Experiência profissional na execução das decisões operacionais, nomeadamente sobre a gestão estratégica dos dispositivos de intervenção e a gestão da comunicação de emergência, de acordo com o risco e a informação disponível de apoio à decisão e que reúna 4 anos de experiência profissional relevante para o cargo; -----
  - c) Disponibilidade imediata para assegurar o exercício de funções; -----
  - d) Capacidade de gestão, de planeamento e prospetiva, de execução de tarefas e coordenação de equipas, de acordo com os objetivos gerais estabelecidos pelo organismo; -----
  - e) Capacidade de liderança, de resiliência, de comunicação e de relacionamento interpessoal; -----



*Handwritten signature*

### Ponto Dois – Definição dos métodos e critérios de seleção

f) Capacidade de iniciativa, espírito dinâmico e de gestão da mudança. -----

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do EPD, o júri deliberou que os métodos de seleção a adotar no presente procedimento concursal serão a **Avaliação Curricular (AC)** e a **Entrevista Pública (EPU)**.-----

2. A **Avaliação Curricular (AC)** visa analisar a qualificação dos candidatos e o júri deliberou adotar, como fatores de ponderação, a **Habilitação Académica (HA)**, a **Formação Profissional (FP)** e a **Experiência Profissional (EP)**. -----

2.1. Na **Habilitação Académica (HA)**, o júri decidiu ponderar a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida, bem como a posse de outra habilitação académica superior. As habilitações académicas serão valorizadas de 0 a 20 valores e aferidas de acordo com os seguintes critérios: -----

Habilitação Académica (HA)	Valores
Mestrado ou Superior	17
Licenciatura	16

2.2. Acresce uma bonificação de **3 (três valores)** se um dos graus académicos obtidos for em áreas consideradas relevantes nos termos do número 1 alínea a), a saber, na área de Proteção Civil -----

2.3. O não cumprimento dos requisitos previstos no disposto do n.º 8 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, na sua redação atual, é motivo de exclusão. --

3. Na **Formação Profissional (FP)** e respetiva qualificação, o júri deliberou ponderar as ações de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional do cargo a prover. A formação profissional e respetiva qualificação serão valorizadas numa escala de 0 a 20 e aferidas de acordo com os seguintes critérios: -----

3.1. **Formação Específica (FE)** diretamente relacionada com o desempenho da função, nomeadamente ao nível da formação na área da gestão da emergência, de proteção civil e socorro, designadamente, na área de técnicas de apoio à decisão, quadros de comando da Escola Nacional de Bombeiros e Motivação e Liderança, adquirida através, de pós-graduações ou cursos de formação, do seguinte modo:

N.º total de horas	Valores
≤50	0
>50 e ≤100	10
>100 e ≤150	12
>150 e ≤200	14
>250 e ≤300	16
>350 e ≤400	18
>400	20

3.2. **Formação Complementar (FC)** indiretamente relacionada com o desempenho da função, nos termos do número 1 alínea a) supra, adquirida através de outros cursos de formação, do seguinte modo:



N.º total de horas	Valores
≤50	0
>50 e ≤100	10
>100 e ≤150	12
>150 e ≤200	14
>250 e ≤300	16
>350 e ≤400	18
>400	20

3.3. Para efeitos de classificação da **Formação Profissional**, esclarece-se o seguinte:

- Apenas serão considerados cursos de formação profissional devidamente comprovados por documento idóneo e realizados nos doze anos anteriores ao termo do prazo de apresentação de candidaturas;
- O Júri procederá à soma da totalidade das horas de formação, atribuindo-lhe a pontuação que lhe corresponde nas referidas grelhas;
- Nos certificados em que apenas seja discriminada a duração em dias, é atribuído um total de 6 horas por cada dia de formação, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração e, conseqüentemente, aplicar as referidas grelhas de valoração;
- Nos certificados em que não seja indicada a duração, em horas ou dias, é atribuído um total de 6 horas, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;
- No caso de, no documento comprovativo de conclusão da Formação Profissional, existir discrepância entre o número total de horas de formação e o número de horas efetivamente assistidas, será este último o contabilizado.

3.4. A classificação da FP será obtida através da seguinte fórmula:  $FP = (2 \times FE + FC) / 3$ .

4. Na **Experiência Profissional (EP)**, o júri deliberou ponderar a experiência no desempenho de funções na Administração Pública e sem ser na Administração Pública, ou seja, a **experiência profissional geral (EPG)** em que se apreciará o exercício de funções na carreira, categoria ou funções, avaliando a duração dessa experiência e ainda o exercício de cargos similares e a **experiência profissional específica (EPE)** conforme o perfil estabelecido no ponto 1. e para o qual o procedimento concursal foi aberto. A EP será valorizada de 0 a 20 valores e aferida de acordo com os seguintes critérios: -----

	N.º total de anos	Valores
	< 4	0
<b>Experiência Profissional Geral (EPG)</b>	≥ 4 e < 8	10
	≥ 8 e < 12	16
	≥ 12	20
	N.º total de anos	Valores
	< 4	0
<b>Experiência Profissional Específica (EPE) conforme o perfil estabelecido no ponto 1.</b>	≥ 4 e < 8	10
	≥ 8 e < 12	16
	≥ 12	20



A classificação da EP será obtida através da seguinte fórmula: -----

$$EP = (EPG + 2 \times EPE) / 3$$

A classificação da avaliação curricular (AC) será obtida pela aplicação da seguinte fórmula: -----

$$AC = (HA + 2 \times FP + 5 \times EP) / 8$$

O júri deliberou que a avaliação curricular tem carácter eliminatório, considerando excluídos os candidatos que obtiverem uma classificação inferior a 9,50 valores, não podendo transitar para o método seguinte. -----

5. O júri deliberou que a **Entrevista Pública (EPU)** terá a duração aproximada de 30 minutos, sendo as questões avaliadas de acordo com os seguintes fatores: Experiência, Comunicação, Atitude e Gestão de Equipas, Análise Crítica e Motivação. -----
- 5.1. O júri decidiu que cada fator é avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado (E), Bom (B), Suficiente (S), Reduzido (R) e Insuficiente (I), a que correspondem respetivamente a seguinte valoração: 20 valores, 16 valores, 12 valores, 8 valores e 4 valores. -----
- 5.2. O júri deliberou que a EPU tem também carácter eliminatório, considerando excluídos os candidatos que obtiverem uma classificação final da entrevista inferior a 9,50 valores. -----
- 5.3. A classificação a atribuir a cada fator de avaliação resulta de votação nominal e por maioria, sendo o resultado final obtido por média aritmética simples das classificações dos fatores a avaliar. -----
- 5.4. Para cada fator foram definidos os seguintes níveis de avaliação. -----

Classificação	Fatores				
	Experiência (E)	Comunicação (C)	Atitude e Gestão de Equipas (AG)	Análise Crítica (AC)	Motivação (M)
<b>Elevado (E)</b>	Quando revele excelente conhecimento da função e excelente aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo.	Quando revele um discurso excelente, fluente, claro, objetivo, rigoroso e com conteúdo adequado.	Quando demonstre excelente aptidão de trabalho, tanto a nível individual como em equipa, excelente capacidade de gestão de conflitos e de resistência ao stress.	Quando demonstre excelente capacidade de análise crítica e fundamentação de decisões perante situações hipotéticas ou reais, no âmbito das atividades a desempenhar.	Quando demonstre excelente nível de motivação para o exercício de funções dirigentes na área de atuação do cargo a prover.
<b>Bom (B)</b>	Quando revele bom	Quando revele um	Quando demonstre boa	Quando demonstre boa	Quando demonstre bom



	conhecimen to da função e boa aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo.	discurso bom, fluente, claro, objetivo, rigoroso e com conteúdo adequado.	aptidão de trabalho, tanto a nível individual como em equipa, boa capacidade de gestão de conflitos e de resistência ao stress.	capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões perante situações hipotéticas ou reais, no âmbito das atividades a desempenhar.	nível de motivação para o exercício de funções dirigentes na área de atuação do cargo a prover.
<b>Suficiente (S)</b>	Quando revele suficiente conhecimen to da função e suficiente aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo.	Quando revele um discurso suficiente, fluente, claro, objetivo, rigoroso e com conteúdo adequado.	Quando demonstre suficiente aptidão de trabalho, tanto a nível individual como em equipa, suficiente capacidade de gestão de conflitos e de resistência ao stress.	Quando demonstre suficiente capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões perante situações hipotéticas ou reais, no âmbito das atividades a desempenhar.	Quando demonstre suficiente motivação para o exercício de funções dirigentes na área de atuação do cargo a prover.
<b>Reduzido (R)</b>	Quando revele reduzido conhecimen to da função e reduzida aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo.	Quando revele um discurso pouco fluente, claro, objetivo e com conteúdo pouco adequado.	Quando demonstre reduzida aptidão de trabalho, tanto a nível individual como em equipa, reduzida capacidade de gestão de conflitos e de resistência ao stress.	Quando demonstre reduzida capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões perante situações hipotéticas ou reais, no âmbito das atividades a desempenhar.	Quando demonstre reduzido nível de motivação para o exercício de funções dirigentes na área de atuação do cargo a prover.
<b>Insuficiente (I)</b>	Quando revele insuficiente	Quando revele um discurso	Quando demonstre insuficiente	Quando demonstre insuficiente	Quando demonstre insuficiente nível



*Carla*

	conhecimen to da função e insuficiente aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo.	incompreensí vel e inadequado.	aptidão de trabalho, tanto a nível individual como em equipa, insuficiente capacidade de gestão de conflitos e de resistência ao stress.	capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões perante situações hipotéticas ou reais, no âmbito das atividades a desempenhar.	de motivação para o exercício de funções dirigentes na área de atuação do cargo a prover.
--	--	--------------------------------------	--	---	---

5.5.O júri deliberou que a classificação final (CF), expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento até às centésimas, resultará da seguinte fórmula:

$$CF = (2 \times AC + 3 \times EPU) / 5$$

5.6.Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação com indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes

#### **Ponto Três – Ponto Três – Elaboração da oferta na Bolsa de Emprego Público (BEP)**

O júri procedeu à elaboração da oferta na Bolsa de Emprego Público (BEP), que se encontra anexo à presente ata (*anexo I*), da qual será extraído o aviso (extrato) a publicar em órgão de comunicação de expansão nacional e no Diário da República, conforme o estipulado nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º do EPD.

#### **Ponto Quatro – Elaboração da ficha de avaliação curricular, do guião de entrevista pública e da correspondente ficha de avaliação**

O júri procedeu ainda à elaboração da ficha de avaliação curricular (*anexo II*), do guião de entrevista pública (*anexo III*) - salvaguardando-se que este anexo não será disponibilizado aos candidatos que venham a solicitar a presente ata em momento anterior à sua realização - e da correspondente ficha de avaliação (*anexo IV*).

#### **Ponto Cinco – Definição de regras relativas ao acesso a documentos**

O júri deliberou que as atas das suas reuniões serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, através do endereço de correio eletrónico: [carla.lopes@prociv.pt](mailto:carla.lopes@prociv.pt)

Nada mais havendo a tratar, o presidente do júri deu por encerrados os trabalhos, pelas 16h30, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada por todos os membros do júri, será assinada pelos mesmos.



O PRESIDENTE DO JÚRI,

OS VOGAIS,

**Anexos:**

- Anexo I – Oferta na Bolsa de Emprego Público
- Anexo II – Ficha de avaliação curricular (AC);
- Anexo III – Guião de entrevista pública (EPU);
- Anexo IV – Ficha de avaliação da entrevista pública (EPU).



**PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO PARA CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE  
DE CÉLULA DA CÉLULA OPERACIONAL DE GESTÃO DE OPERAÇÕES**

**ANEXO I - OFERTA PARA PUBLICAÇÃO NA BOLSA DE EMPREGO PÚBLICO - BEP**

Tipo de Oferta: Procedimento concursal para cargo de direção intermédia.

Estado: Ativa.

Nível Orgânico: Ministério da Administração Interna.

Órgão/Serviço: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Regime: Cargos não inseridos em carreiras.

Cargo: Direção intermédia de 2.º grau - Chefe de Célula da Célula Operacional de Gestão de Operações.

Remuneração: € 2.621,68

Suplemento Mensal: Despesas de representação no valor de € 195,37

Caracterização do Posto de Trabalho: Para além das competências genéricas consagradas no n.º 2 do artigo 8.º e no Anexo II do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública (EPD), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, compete ao Chefe de Célula da Célula Operacional de Gestão de Operações, assegurar o exercício das competências da Célula em causa, nos termos da alínea b) do n.º I do Despacho n.º 5283/2021, de 10 de maio, do Presidente da ANEPC, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 26 de maio, em articulação com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, na sua redação atual, que, por sua vez, nos remete para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro - SIOPS, sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, na sua atual redação, nos termos do qual compete assegurar o funcionamento permanente do Comando Nacional, encaminhando os pedidos de apoio formulados e assegurando a ligação entre serviços, estruturas e principais agentes de proteção civil e socorro; assegurar a monitorização permanente da situação nacional e a atualização de toda a informação relativa às ocorrências e ao empenhamento de meios e recursos, garantindo o registo cronológico da evolução das situações, nomeadamente a que decorrer de





*Handwritten signature in blue ink.*

acidentes graves ou catástrofes; assegurar a execução das decisões operacionais, nomeadamente sobre a gestão estratégica dos dispositivos de intervenção e a gestão da comunicação de emergência, de acordo com o risco e a informação disponível de apoio à decisão; mobilizar e apoiar o funcionamento dos veículos de gestão estratégica e operações; garantir em articulação com os serviços competentes a divulgação e difusão de oportunos comunicados, avisos às populações e entidades integrantes que provenham do Centro de Coordenação Operacional Nacional, valorando-se os conhecimentos/formação, nomeadamente, na área das Técnicas de Apoio à Decisão; em Quadros de Comando da Escola Nacional de Bombeiros; e em Motivação e Liderança.

Habilitação Literária: Detenção de licenciatura.

Descrição da Habilitação: Licenciatura em Proteção Civil.

Métodos de Seleção a Utilizar: Avaliação curricular e entrevista pública.

Composição do Júri:

Presidente: O Lic. Miguel Lérias da Cruz, 2.º Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Vogais: O M. Ricardo Deus, Chefe de Divisão da Divisão de Clima e Alterações Climáticas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP - IPMA; e o Prof. Doutor Ricardo Alexandre Cardoso Garcia, Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Local de Trabalho: Sede da ANEPC, presentemente sita em Avenida do Forte em Carnaxide.

N.º de Postos de Trabalho: I (um).

Requisitos Legais de Provimento: Os constantes no n.º I do artigo 20.º do EPD, em articulação com o n.º 8 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45/2019, de I de abril, na redação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho.

Requisitos de Nacionalidade: Portuguesa.

Jornal Oficial / Órgão de Comunicação Social: *Diário da República*, 2.ª série, e Diário de Notícias.



Formalização da Candidatura: As candidaturas devem ser formalizadas, num prazo de 10 (dez) dias úteis, após a publicação da presente oferta de emprego na BEP, mediante requerimento dirigido ao Presidente da ANEPC, Brigadeiro-General Duarte da Costa, com expressa referência ao aviso de publicação, podendo ser enviadas para a Sede da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Avenida do Forte em Carnaxide, 2794-112 Carnaxide, em carta registada com aviso de receção ou entregues (em mão) na Secção de Expediente Geral, entre as 10h às 12h e das 14h às 17h, até ao termo do prazo fixado.

As candidaturas deverão ser acompanhadas pela documentação infra indicada, sob pena de não ser considerada:

a) Requerimento, no qual deve constar:

- i) Identificação completa do candidato: nome completo, estado civil, profissão, data de nascimento, nacionalidade, filiação, número e data de validade do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão, número de contribuinte, domicílio pessoal (incluindo o código postal), contacto telefónico e endereço eletrónico;
- ii) Identificação do concurso a que se candidata;
- iii) Identificação do cargo a que se candidata;
- iv) Habilitações académicas;
- v) Declaração de compromisso de honra em como são verdadeiras todas as declarações prestadas.

b) Formulário de candidatura disponível em: \_\_\_\_\_

c) *Curriculum Vitae*, atualizado à data da candidatura, detalhado e assinado, do qual conste, designadamente, as habilitações literárias; as funções que exerce e/ou que exerceu, com indicação dos períodos de duração e atividades relevantes; a formação profissional detida, com indicação das ações de formação finalizadas, das entidades que as promoveram, da duração e das datas de realização; bem como qualquer outro elemento que considere relevante para a apreciação curricular.

d) Fotocópia do certificado de habilitações literárias e das ações de formação.



AUTORIDADE NACIONAL  
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

e) Declaração emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato se encontra ou encontrou vinculado, da qual conste o número de anos de experiência, bem como descrição da atividade desenvolvida, e/ou cargos desempenhados, com indicação das datas e duração;

f) Declaração detalhada de funções.

Os candidatos serão notificados através de correio eletrónico do resultado do concurso, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme o disposto no n.º 13 do artigo 21.º do EPD.

Contacto: 214247100

Data da Publicação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Data Limite: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO PARA CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DE CÉLULA  
DA CÉLULA OPERACIONAL DE GESTÃO DE OPERAÇÕES

Anexo II – Ficha de avaliação curricular (AC)

Habilitação Académica (HA)	Valores	Pontuação
Mestrado ou Superior	17	
Mestrado ou Superior na área de Proteção Civil	20	
Licenciatura	16	
Licenciatura na área de Proteção Civil	19	

Formação Específica (FE)	N.º total de horas	Valores	Pontuação
Formação específica na área de Proteção Civil, Proteção e Socorro ou similar nos últimos 8 anos.	≤25	0	
	>25 e ≤50	10	
	>50 e ≤75	12	
	>75 e ≤100	14	
	>100 e ≤125	16	
	>125 e ≤150	18	
	>150	20	
Formação Complementar (FC)	N.º total de horas	Valores	Pontuação
Formação complementar nos últimos 8 anos.	≤25	0	
	>25 e ≤50	10	
	>50 e ≤75	12	
	>75 e ≤100	14	
	>100 e ≤125	16	
	>125 e ≤150	18	
	>150	20	

A classificação da FP será obtida através da seguinte fórmula:  $FP = (2 \times FE + FC) / 3$ -----

	N.º total de anos	Valores	Pontuação
Experiência Profissional Geral (EPG)	< 4	0	
	≥ 4 e < 8	10	
	≥ 8 e < 12	16	
	≥ 12	20	



	N.º total de anos	Valores	Pontuação
<b>Experiência Profissional Específica (EPE) conforme o perfil estabelecido no ponto 1.</b>	< 4	0	
	≥ 4 e < 8	10	
	≥ 8 e < 12	16	
	≥ 12	20	

A classificação da EP será obtida através da seguinte fórmula: -----

-----EP = (EPG + 2 x EPE) / 3-----

A classificação da avaliação curricular (AC) será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:----

-----AC = (HA + 2 x FP + 5 x EP) / 8-----

O PRESIDENTE DO JÚRI,

OS VOGAIS,



AUTORIDADE NACIONAL  
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO PARA CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 1.º GRAU – CHEFE DE CÉLULA DA CÉLULA OPERACIONAL DE GESTÃO DE OPERAÇÕES

ANEXO IV - FICHA DE AVALIAÇÃO - EPU

NOME DO CANDIDATO:

<b>Fatores de Apreciação</b>	<b>Elementos do Júri</b>	<b>Elevado (E)</b>	<b>Bom (B)</b>	<b>Suficiente (S)</b>	<b>Reduzido (R)</b>	<b>Insuficiente (I)</b>
<b>Experiência</b>	Miguel Lérias da Cruz - Presidente					
	Ricardo Garcia - Vogal					
	Ricardo Deus - Vogal					
<b>Comunicação</b>	Miguel Lérias da Cruz - Presidente					
	Ricardo Garcia - Vogal					
	Ricardo Deus - Vogal					
<b>Atitude e Gestão de Equipas</b>	Miguel Lérias da Cruz - Presidente					
	Ricardo Garcia - Vogal					
	Ricardo Deus - Vogal					
<b>Análise Crítica</b>	Miguel Lérias da Cruz - Presidente					
	Ricardo Garcia - Vogal					
	Ricardo Deus - Vogal					
<b>Motivação</b>	Miguel Lérias da Cruz - Presidente					
	Ricardo Garcia - Vogal					
	Ricardo Deus - Vogal					

E = 20 valores | B = 16 valores | S = 12 valores | R = 8 valores | I = 4 valores

